

Artigos

**A CIDADE “SEM INFÂNCIA”:
A PRODUÇÃO DO ESPAÇO
NO MUNDO DA MERCADORIA¹.
*LA CITÉ “SANS ENFANCE”: LA PRODUCTION DE
L’ESPACE DANS LE MONDE DE LA MARCHANDISE.***

Sérgio MARTINS²

RESUMO

Este trabalho procura trazer para o debate a oposição conflitual que se estabelece e se amplia, no curso de um vasto processo, entre a *troca* e o *uso*, nos termos definidos por Henri Lefebvre. Para tanto, discuto os processos que levaram à formação de um universo pioneiro no Mato Grosso do Sul nos anos 70. Os marcos para a compreensão de tais processos são: (i) os aspectos envolvidos na modernização do campo; (ii) a inscrição dessa modernização no conjunto da sociedade brasileira; (iii) a atuação do Estado na reprodução social vista sob o prisma da redefinição de espaços concretos concebidos como fronteira; (iv) a formação de capital intrínseca à colonização dela decorrente; (v) a manipulação da renda fundiária urbana como elemento visceral da cidade que é produzida no

¹ Texto elaborado por ocasião da participação na mesa que teve como tema “A ciência do espaço como ciência do uso”, apresentada no V Congresso Brasileiro de Geógrafos, realizado pela AGB em julho de 1994.

² Geógrafo, mestre em Geografia Humana e doutorando em Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo.

Sérgio Martins

curso desses processos; (vi) a valorização das *Coisas* pela desumanização do homem como essencialidade da cidade "sem infância".

Palavras-chave: modernização; Estado; espaço; fronteira; colonização.

RÉSUMÉ

Cet article cherche apporter dans le débat la opposition conflictuel qui se établit et amplie, au cours de un vaste processus, entre *P'échange* et *P'usage*, aux termes ont défini pour Henri Lefebvre. En ce sens, je discute les processus qui impliquèrent à la formation de un univers pionnier en Mato Grosso do Sul à la década de 70. Les aspects pour la compréhension de ceux processus sont: (i) les aspects de la modernisation de la campagne; (ii) la inscription de celle-ci modernisation dans le ensemble de la société brésilienne; (iii) l'action de l'Etat dans la reproduction sociale sur la perspective de la disposition de espaces concrets ont conçu comme fronteira; (iv) la formation du capital inhérente à la colonisation; (v) la manipulation de la rente foncière como inhérence de la cité qu'elle est produit au cours de ceux-là processus; (vi) la valorisation des *Choses* a travers de la dévalorisation de l'homme como essence de la cité "sans enfance".

Mots clef: modernisation; Etat; espace; fronteira; colonisation.

A problemática posta por esta mesa é fruto das leituras e discussões acerca da obra de Henri Lefebvre que vem ocorrendo, desde algum tempo, no âmbito do Laboratório de Geografia Urbana da Universidade de São Paulo. De maneira muito breve e sucinta, diria que sua formulação visa a trazer para o debate dos que se ocupam da realidade social, através de uma ciência crítica, a oposição conflitual que se estabelece e se amplia, no curso de um vasto processo, entre a *troca* (domínio onde prevalece a abstração concreta, a lógica constrangedora da mercadoria que impõe a equalização do desigual, a submissão das diferenças às cadeias de equivalências, conforme bem demonstrou Marx) e o *uso* (domínio do

que não foi submetido, total ou parcialmente, à oposição lógica “valor de uso-valor de troca” inscrita na forma mercadoria, onde predominam os dons da natureza, a paixão, a poesia, a infância) nos termos definidos por Henri Lefebvre³.

Henri Lefebvre observa que, no último episódio desse conflito, “quando o espaço se torna objeto que se compra e se vende, se produz como tal, então o uso e os usadores reivindicam o tempo.”⁴. Isso implica, no meu modo de ver, que o reconhecimento dessa oposição conflitual não pode ser feito mediante um esforço de dedução lógica, mas sim pelo desvendamento da história concreta do espaço. Ao mesmo tempo, isso quer também dizer que tal explicação da realidade concreta, no domínio do pensamento dialético, *não pode prescindir da discussão acerca da forma mercadoria e do seu mundo, o reino do capital*. Renunciar a tal discussão significa passar ao largo da problemática a ser tratada nesta mesa.

A FRONTEIRA COMO ESPAÇO CONCEBIDO PELA LÓGICA ESTATISTA

Este texto tem como referência a dissertação de mestrado “A cidade ‘sem infância’ no universo pioneiro de Chapadão do Sul/MS” por mim apresentada em 1993 ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Nela procurei discutir os processos que levaram à formação de um universo pioneiro no município de Chapadão do Sul, no Mato Grosso do Sul, no início do decênio de 70, bem como as contradições encerradas na reprodução das relações sociais de produção que ali foram instauradas. Em certa medida, pude me valer, nas discussões propiciadas pela investigação de tal objeto empírico, de uma parcela da obra de Henri Lefebvre, na qual se encontram teoricamente formuladas algumas das problemáticas com as quais me propus a lidar,

3 Ver, na obra de Henri Lefebvre, sobretudo L'Acte d'échange matériel. In: _____ . De l'Etat, tome III: le mode de production étatique.

4 Ibid., p.29.

Sérgio Martins

por isso minhas considerações aqui têm referência com a realidade concreta com a qual me deparei⁵.

A emergência de um universo pioneiro no território atualmente correspondente ao município de Chapadão do Sul⁶ se anuncia com a chegada de famílias inteiras de extração rural, predominantemente do Rio Grande do Sul. Em tal universo, as referências imediatas são ocupadas em primeiro plano pelos ícones da modernização agrícola, como máquinas, banco, imensas lavouras de soja,..., que compõem um conjunto de empreendimentos econômicos nada desprezíveis, e que adquirem conotação espetacular. Por outro lado, na expressão material desta realidade, ganha também visibilidade a miséria que provoca e a envolve. Coabitam, ao lado de extensos “mares” de soja, precárias construções que dão abrigo aos que continuam chegando a Chapadão do Sul para serem inseridos nos circuitos econômicos que ali se estabeleceram.

Os traços de solidez e concretude de Chapadão do Sul constituem elementos primários de uma realidade que se apresenta com uma superfície enganosamente calma e serena. Se fosse suficiente imaginar um universo referencial para Chapadão do Sul, diria que este é um mundo extremamente efervescente, um mundo febril onde nada se apresenta solidificado ou cristalizado, onde as pessoas, com “fome de novas terras”, como já dizia Léo Waibel, “caminham sempre para diante”⁷, corroborando a suces-

5 Digo parcela pois trata-se de uma obra cujo conhecimento em sua plenitude é tarefa das mais difíceis de alcançar, sobretudo pela extensão e complexidade dos temas que aborda, bem como pela sutileza e profundidade com que os analisa. A riqueza de sua obra encontra-se em cada pequeno trecho, em cada fragmento do que se lê, o que, evidentemente, não pode ser reconhecido pelos que fazem uma leitura estreita e banalizadora de seu pensamento. É uma banalização, me parece, ter em Henri Lefebvre um autor “da moda”, ou um teórico da assim denominada questão urbana, ou tentar compreendê-lo fragmentariamente, aos pedaços, que podemos conectar às discussões de acordo com as especializações a que se referem. Isso porque cada trecho, cada fragmento de sua obra, só pode ser apropriado se tivermos clareza com relação ao método, à concepção de mundo a que ela nos remete. Assim é que cada noção desenvolvida pelo autor, cada ênfase posta nos termos por ele utilizados, não podem ser considerados descolados desse plano.

6 O município de Chapadão do Sul foi delimitado em 1987 a partir do município de Cassilândia (lei estadual nº768, de 27 de outubro de 1987), originando-se numa região composta pelos municípios de Aparecida do Taboado, Cassilândia, Paranáfba, Inocência, inclusive Três Lagoas, marcada historicamente pela instauração e estreitamento de vínculos mercantis com o estado de São Paulo em detrimento das relações com o próprio estado do Mato Grosso do Sul a que institucionalmente se encontra ligada.

7 Léo WAIBEL. Capítulos de Geografia tropical e do Brasil. Jean Roche menciona as referências quanto à “fome de terras” atribuída aos colonos alemães em 1854 por João Daniel Hillebrand, diretor geral das colônias da Província no Rio Grande do Sul. Cf. Jean ROCHE. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.

são de passagens que se encontra nas obras de autores que trabalharam com outros universos pioneiros, conferindo à rapidez um estatuto de qualidade inata dos mesmos. Praticamente indissociáveis, rapidez e pioneiros conformam uma realidade em que tal velocidade emblemática corresponde a um estado de desenvoltura e agilidade que inevitavelmente carrega em si uma ampliação da escala de transformações a que a mesma se encontra sujeita, e que também a caracteriza. Tudo está em constante estado de dissolução e se volatiliza assumindo formas novas, gerando uma aparente ambigüidade em que solidez e concretude surgem fragilizadas e vulneráveis perante o ritmo frenético e arrebatador no qual se desenrola a vida⁸.

Rapidez que implica em transitoriedade, esta também é a especificidade das relações que se fundam com e pelos pioneiros em Chapadão do Sul a partir dos anos 70. Ali a velocidade se apresenta sob o emblema do avião, complementar à dimensão esmagadora que se exprime por pesadas máquinas agrícolas, imensos armazéns,... e, brevemente, ferrovia. Através do avião se empresta um caráter de “novo” e de “moderno” que também se difunde sob outras formas. Aviões de pulverização agrícola que despejam agrotóxicos nas lavouras de soja são partes constitutivas do arcabouço de recursos técnicos movidos por uma produção agrícola engajada no cenário de mundialização do capital. Identicamente, existem os aviões dos que estão envolvidos com a velocidade dos negócios, dos proprietários que monitoram seus empreendimentos abreviando grandes distâncias. O que não é de se estranhar, pois tal universo pioneiro encontra-se ligado intimamente às atuais exigências de reprodução da sociedade capitalista.

Acontece, porém, que Chapadão do Sul ainda guarda o frescor de sua ocupação pelos pioneiros gaúchos. Nesse sentido, as falas dos que vi-

8 Sem dúvida, as mais ilustrativas são as incontáveis observações de Pierre Monbeig, que não deixava de anotar, muitas vezes surpreso, “(...) a pressa com que o povoamento se efetuava” pela marcha pioneira.

“Tudo é alvoroço, tudo é confusão, tudo é dinamismo. Sempre a mesma impressão, quer se desembarque no término da Arataquarense, quer nas últimas estações paulistas da Noroeste que se embrenham nas terras de criação de Mato Grosso, quer em Tupã, estação final da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que ruma para o rio Paraná, onde também vai dar a Sorocabana, quer em Londrina, a capital do Norte do Paraná”. (Pierre MONBEIG. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo, p. 22).

“Mudanças administrativas, incertezas estatísticas, vazios cartográficos, eis outras tantas conseqüências de um estado de coisas que, a cada dia, se modifica. Tão rápidas são as transformações que tudo que se pode escrever a respeito entra logo na história”. (Ibid., p. 19)

“Por toda parte, na cidade como no campo, sente-se que nada se estabiliza, nada é definitivo.” (Ibid., p. 21).

Sérgio Martins

veram tais transformações são denunciadoras das redefinições no modo de ver, no modo de pensar e de conceber a existência que foram impostas aos sujeitos no curso deste processo, e elas são propiciadas não apenas pelos que para ali foram, *mas também pelos que ali já se encontravam*, uma vez que os pioneiros não foram os primeiros a ali chegar⁹.

Portanto, não se trata aqui de “espaços vazios” que foram livremente ocupados pelos pioneiros. Há uma miríade de denominações acerca das regiões de fronteira (com as quais me defrontei) que, subrepticiamente, propõe um entendimento segundo o qual quando o capital se encontra nos umbrais de sua expansão territorial o que se encontra à sua frente são “vazios demográficos”. Tais denominações, nada incomuns, são incrustadas por uma visão na qual a fronteira compõe-se de novos recursos, fatores, ou condições, divisadas para alimentar a máquina capitalista. Deliberada ou inadvertidamente, essas denominações vêm de concepções que não reconhecem a humanidade dos que já ocupavam tais territórios. Assim, a fronteira é tida como agrícola, como “fronteira de recursos naturais”¹⁰, onde há “grande disponibilidade de terras devolutas”¹¹, enfim, é designada como econômica sem que se dê a devida atenção ao que isso significa.

O que foi vedado a conhecer pelos colonos gaúchos que migraram para Chapadão do Sul, e aos sul-mato-grossenses que ali se encontravam, é a concepção de todo processo no qual foram de diferentes formas inseridos, e é sobre isso que gostaria de me deter um pouco aqui.

De que, ou de quais processos se trata então? Num certo sentido, são já do conhecimento de muitos de nós: nos anos 70 o Estado concebe a região Centro-Oeste como fronteira no sentido de uma disposição políti-

9 Entretanto, se através das conversas, dos relatos, dos depoimentos, se oferecem novas possibilidades e multiplicam-se os planos para o descortínio da realidade concreta, este percurso não garante por si a compreensão de sua inteireza. A insuficiência delas em garantir uma compreensão da completude do processo histórico não reside no fato de se formularem compreensões da realidade concreta a partir da sua dimensão visível, de estarem lastreadas e ancoradas nesse plano, mas sim por não se traduzirem numa busca de explicação acerca da essencialidade das condições vividas. Para tanto, impõe-se que os seus próprios limites sejam transcendidos.

10 Cf. David GOODMAN. Expansão da fronteira e colonização rural: recente política de desenvolvimento no Centro-Oeste do Brasil.

11 Aluizio Capdeville DUARTE. O Centro-Oeste na organização regional do Brasil, p.16.

ca sobre o território derivada das exigências da acumulação capitalista sobre o mesmo. A colonização é então concebida com a intenção de atendê-las. Ela é orientada, primeiramente, no sentido de não ferir a estrutura fundiária concentrada vigente no país, assumindo, assim, o estatuto de “válvula de escape” das tensões e conflitos provocados pelo crescente açambarcamento de terras pelo capital que se verificavam em outras regiões como, por exemplo, no sul. Mas ela é, ao mesmo tempo, orientada no sentido da incorporação, ao processo de reprodução social, dos territórios a serem atingidos pela colonização.

A irrupção do universo pioneiro de Chapadão do Sul ocorre no âmbito de um processo comumente denominado de modernização. Mais precisamente, trata-se da redefinição do conjunto da sociedade brasileira que se delineia no decênio de 30 e exibe-se com maior clareza no final dos anos 50, quando a industrialização passa a ser o cerne da acumulação capitalista no país, consolidando, a partir desse momento, a “passagem” de uma economia de base agrário-exportadora para urbano-industrial. O acento de tal modernização rapidamente revelou-se residir no crescimento econômico, com a imposição de novos padrões de produtividade ao trabalho social, cumpridos mediante grandes investimentos - aí compreendidos os do próprio Estado -, onde ciência e tecnologia ditas avançadas têm também o seu lugar. Por seu turno, a concentração fundiária, tanto nas cidades que ganhavam corpo de metrópole, como no campo, em decorrência da importância da renda fundiária como forma de apropriação de parcelas da riqueza socialmente produzida, continuou a operar como um componente a agravar ainda mais o caráter excludente da modernização que adquiria cada vez mais nitidez. A discussão mais aprofundada acerca da complexidade, dos limites, e da real natureza da modernização no momento atual escapa, no entanto, aos limites deste texto¹².

Na realidade agrária brasileira, porém, foram impostas atividades produtivas que expressam o seu relacionamento com a reprodução social através de um conjunto de mediações que envolvem fluxos de mercadorias resultantes de um encadeamento de capitais atuantes em diversos

¹² Para compreender a real natureza dos processos aqui sucintamente mencionados a referência é, a meu ver, o texto que se tornou clássico de Francisco de OLIVEIRA. A economia brasileira: crítica à razão dualista.

Sérgio Martins

subsetores do conjunto da economia, compondo cadeias produtivas centradas em produtos como soja, cana-de-açúcar, laranja, entre outros que vieram a conformar os chamados complexos agroindustriais, assumidos, por alguns autores, como situação paradigmática da realidade agrária que passou a ser caracterizada, assim, sob a rubrica da modernização, reproduzindo-se, inclusive, nas regiões de fronteira do Norte e Centro-Oeste do país. Não é demais lembrar que o crescimento econômico, ou, noutros termos, o desenvolvimento das forças produtivas exigido pelo capital (não raro apressadamente lido como o amadurecimento das condições para a emergência de novas realidades sociais e políticas), também cedo revelou seu caráter eminentemente excludente no campo, daí não demorar para que lhe fossem agregados vários epítetos, como o de modernização dolorosa e/ou conservadora¹³.

O que interessa ressaltar aqui é que o mundo pioneiro de Chapadão do Sul coloca-se num plano em que a modernização irrompe num território designado como fronteira, ou seja, espaço concreto prescrito pelo Estado como objeto para a consecução de estratégias que visam à modernização do campo. Quando me referi à incorporação das regiões de fronteira ao processo de reprodução social, estou agora explicitando que no caso de Chapadão do Sul ela se deu nesse sentido, e é aqui que gostaria de mencionar um outro aspecto da obra de Henri Lefebvre que, me parece, muito importante para esta discussão.

Refiro-me ao conceito de produção, desenvolvido por Marx e levado às últimas conseqüências por Henri Lefebvre. Tomá-lo apenas pelo viés da produção material como fez o marxismo vulgar é insuficiente para tal discussão, uma vez que ele implica em produção de relações sociais e de sua reprodução¹⁴. O Estado, agindo no sentido de garantir a reprodução das relações sociais constitutivas e fundamentais da sociedade existente, opera tanto no sentido da produção de relações de produção

¹³ Especificamente a este respeito conferir, entre outros, os trabalhos de Geraldo MÜLLER. Complexo agroindustrial e modernização agrária; Bernardo SORJ. Estado e classes sociais na agricultura brasileira; Alberto Passos GUIMARÃES. A crise agrária; José Graziano da SILVA. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.

¹⁴ Em Henri Lefebvre tal discussão aparece mais claramente na obra *La survie du capitalisme: la re-production des rapports de production*.

essenciais à reprodução ampliada do capital, quanto no sentido de impedir que a produção de relações sociais de outra natureza se estabeleçam ou prevaleçam. Precisemos melhor isto.

O ALCANCE E OS LIMITES DOS VATICÍNIOS APOCALÍPTICOS

Os territórios que são tidos pelo Estado como fronteira têm sido lidos sob uma perspectiva demarcada por um entendimento linear da História, num tratamento da questão que privilegia as implicações político-ideológicas subjacentes à uma simplificação da realidade social¹⁵. A “penetração do capital”, implicando inexoravelmente na proletarização, é, em tais interpretações, entendida como a culminação de todo processo. Dessa forma, camponeses de todo país só encontram assento na fronteira até que ela se abra para o capital; o seu ápice significa o fechamento para os primeiros, levando-os a uma extenuante e longa caminhada em que são emparedados continuamente. O fundamento desta abordagem, que reveste de roupagem científica o adágio popular “os camponeses preparam a cama para que outros nela se deitem”, sem interrogar-lhe, é o de que estes sujeitos sociais, indistintamente arrolados, são acantonados nos mais recônditos rincões. Não é difícil descobrir para onde apontam estas perspectivas que fazem dos camponeses um encurralado histórico¹⁶.

15 É o tipo de interpretação que se encontra, por exemplo, em Octávio Guilherme Velho, no seu modelo de identificação de “casos-limites” que, segundo o autor, permite verificar situações nas quais há um máximo de “campesinidade” (na fronteira), em contraposição às de um máximo de “proletarização” (fora dela), “caso-limite” oposto (Cf. Otávio VELHO. Sociedade e agricultura.). De forma didática e exemplar tem-se a sucessão dos “estádios” (não-capitalista, pré-capitalista e, finalmente, capitalista) formulados por Joe Foweraker (Cf. Joe FOWERAKER. A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais.). Nessas construções, em que a realidade se apresenta como um emaranhado de “combinações-tipo” de relações sociais, em que dominados são articulados sob a dominância do capital, a conclusão não escapa à concepção de que, na fronteira, os dominados - “pequenos arrendatários, parceiros e posseiros”, não raro tomados como modos específicos de produção - somente têm lugar até o momento em que ele seja solicitado pelo capital.

16 O vaticínio apocalíptico de José Graziano da Silva esclarece bem o que lhes está reservado, ou seja, a recriação das “pequenas propriedades”, que, no seu entender, pereceram sob o “processo de fagocitose” (“...”) só se materializa por ocasião da expansão da fronteira agrícola, sendo posteriormente engolida quando da consolidação da estrutura agrária nessas regiões, em função do movimento de ascensão cíclica da economia.” (José Graziano da SILVA, op. cit., p.54). Mas “(...) a grande mudança que se impõe ao desenvolvimento do capitalismo no campo, nesta década, é o ‘fechamento’ da fronteira agrícola.” (Ibid., p.42).

Sérgio Martins

Muitos dos trabalhos de autores que se debruçaram mais detidamente no caso do Centro-Oeste, e mesmo da Amazônia, foram inspirados, ou mesmo inspiradores, subrepticiamente por tais interpretações. Ora, é inegável e evidente que o avanço do domínio do capital implica na proletarianização, pois esse é um processo fundamental na reprodução desta formação social, como há muito já foi demonstrado por Karl Marx¹⁷. Contudo, tais enfoques são, em grande parte dos casos, prisioneiros de um terreno permeado por uma lógica que subsume, num processo opacificador e volatilizante, o que se desvia da organização e racionalidade impostas pelas definições do que deve ser a História. Comprometidas com a perspectiva desta sociedade, seus discernimentos têm como referência os valores que afirmam, o que as impede de inquirir a realidade além dos seus domínios.

Embora tais posturas não sejam impeditivas para que se apontem questões importantes, as interpretações delas derivadas foram esgarçadas e carcomidas pela própria História, como tem demonstrado, entre outros, principalmente José de Souza Martins¹⁸. O que se deve reter, a meu ver, é que o alcance teórico delas encontra-se amparado numa ótica unilateral que confere caráter desviante ao que não se encontra em conformidade com os padrões identitários e definidores das relações sociais abstratas e impessoais que traduzem o que seria o moderno. Pode-se entrever, reiteradas vezes, uma representação da realidade pelas referências contidas e impostas nos e pelos modelos, ou seja, pelos parâmetros em que se estabelecem e se verificam os desvios e as disfuncionalidades do real perante a sua construção “perfeita e estruturada”, derivando, de seu funcionamento rigoroso e implacável, que os aspectos da cena histórica que escapam ao seu âmbito deveriam conformar-se a ele. Nelas, os sujeitos que escapam aos modelos de entendimento que se interpõem entre o intérprete e o real concreto, não confirmando, e não se conformando, à determinação dos acontecimentos contidos nas previsões, são reduzidos a me-

¹⁷ Marx enfatizou a importância disso para a reprodução ampliada da sociedade capitalista no seu Capítulo VI Inédito de *O Capital*: resultados do processo de produção imediata.

¹⁸ Na obra deste autor ver especialmente *Pequena produção agrícola - antímito da produção capitalista no campo* (crítica aos críticos), *passim*, e *A militarização da questão agrária no Brasil* (terra e poder: o problema da terra na crise política), p.90-91.

ros coadjuvantes, aos que merecem pouca atenção, pois deverão ceder seus lugares aos efetivos protagonistas da História. Recai-se, então, na interpretação finalista, segundo a qual constitui-se em excrescência o que não se encontra organizado e estruturado em consonância com as exigências da História prescrita e aparentemente conhecida. Raramente se exita, aí, em pôr a caminho do banimento e desaparecimento as "exterioridades" com as quais se defrontam tais raciocínios.

Assim é que, com maior ou menor engenhosidade teórica, tem-se perspectivas que se utilizam da noção de fronteira para "explicar" a existência de relações de produção contemporâneas ao capitalismo que, todavia, não se encontram amparadas imediatamente sob a mediação de suas relações específicas. Conferem-lhes, entretanto, um caráter pré-capitalista, portanto de fora desta formação social, ou mesmo capitalista, eliminando assim a necessidade do entendimento das mediações que as vinculam ao processo de reprodução social. O desdobramento desta, no campo, é visto simplificarmente sob o par modernização agrícola-expansão/esgotamento da fronteira.

SOB O PRIMADO DA RAZÃO EXCLUDENTE, DE FORA E DO ALTO, IRROMPE O UNIVERSO PIONEIRO

Ao lidar com os pioneiros de Chapadão do Sul pude constatar que muitos deles vieram de uma existência camponesa no sul do país onde a produção direta dos meios de vida impunha e mantinha a produção de mercadorias num nível ténue, fazendo com que o estabelecimento de relações não fosse definido pelo predomínio da mediação do dinheiro. Existem indicações que relatam a forma marginal com que o dinheiro aparecia na vida dos colonos, algumas, por exemplo, oferecendo um quadro de sua total ausência. Contudo, tal reprodução camponesa foi sendo crescentemente redefinida à medida em que foi sendo roída e deslocada para o mundo da mercadoria.

Sob a égide das estratégias estatistas, a modernização do campo, que os alcançou já no sul do país, ao monetarizar as relações de produção

Sérgio Martins

não-capitalistas significou a sua captura pelas tramas reprodutivas do capital. Como produtores simples de mercadorias os colonos gaúchos tiveram sua reprodução camponesa definida pelos nexos da acumulação capitalista que se dava às suas costas. Isso não quer dizer que tais relações, obstaculizadas num certo momento, tenham desaparecido. Existem trabalhos que mostram como as relações de produção não-capitalistas são recriadas no sul do país, e as condições específicas em que isso ocorre¹⁹. O importante a salientar é que, num certo sentido, o Estado tornou produtivo um determinado espaço ao comprometer a reprodução de relações de produção específicas com a acumulação capitalista, ou seja, relações de produção não-capitalistas, ainda que indiretamente, passaram a se “resolver” no mundo da mercadoria.

Esse entendimento me permite afirmar que o que se encontra atualmente em Chapadão do Sul decorreu de um processo histórico que começou fora dele, no Rio Grande do Sul, onde os obstáculos à reprodução da agricultura baseada no trabalho familiar de imigrantes, sobretudo italianos e alemães, que foram assentados nos núcleos de colonização desse estado no século passado, foram se avolumando de maneira crescente. A gênese de tal processo localiza-se na redefinição do significado social da instituição jurídica da propriedade da terra no país, na metade do século XIX, atuou de forma decisiva para que a migração surgisse como uma necessidade para a obtenção, pelas famílias camponesas, de terras para as gerações que as sucediam, uma vez que as pequenas propriedades originais foram se tornando cada vez mais exíguas para poder suportar o trabalho da família que crescia e supri-la dos recursos monetários cada vez mais necessários. Inicialmente no interior do próprio estado, o processo migratório veio a atingir outros estados da federação, impulsionado pela corrosão das relações assentadas na produção direta dos meios de vida provocada pelo estreitamento dos vínculos com o mercado. Ao mesmo tempo, o sentido desse movimento migratório tornou-se o objeto de numerosas empresas colonizadoras, negociantes de terras, tanto no Rio Grande do Sul, como nos demais estados que veio a atingir, a exemplo de Mato Grosso do Sul.

¹⁹ Veja-se, por exemplo, o excelente trabalho de José Vicente Tavares dos SANTOS. Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital.

É justamente nesse plano, ou seja, da reprodução da vida subsumida no mundo da mercadoria, que a meu ver devem ser buscadas as referências constitutivas da fronteira, de sua imposição como fronteira econômica, ou seja, onde as relações sociais de produção somente podem se expressar através de *Coisas*, onde as condições da vida social, além do trabalho materializado, apresentam-se incorporadas ao desenvolvimento do capital, à valorização de seu valor, crescendo-o, e opondo-se aos sujeitos ao dominá-los como força que lhes é estranha, onde as capacidades produtivas do Homem são tidas como forças produtivas do capital. Os pioneiros não são necessariamente os primeiros a chegar, mas são os que estão incumbidos de tornar concreta a lógica estatista que preside a concepção da fronteira.

É na fronteira que se torna mais evidente como o Estado, na sua busca de imputar uma lógica às realidades concretas, de conferir coesão e coerência absolutas à vida social, considera os atributos do espaço concreto apenas com relação à modernização concebida, realizando uma abstração das práticas sociais que produziram espaços concretos pré-existentes, na medida em que são tidas como irracionalidades, isto é, as práticas que não correspondem às exigências de reprodução do mundo da mercadoria são concebidas como aberrações, desvios, incoerências²⁰. Na fronteira, é como se eles não existissem, fossem abstraídos, apagados e silenciados pela lógica da coerência e da coesão perfeitas. A colonização, a constituição concreta de espaços concebidos, é destinada aos que correspondem ao cumprimento das estratégias formuladas, aos que virtualmente não põem em risco a renda territorial capitalista, aos tornados pioneiros, inseridos no mundo da mercadoria, eles também vítimas de um processo que não lhes pertence.

Ao se fazer concreta através da colonização, tal produção estatista do espaço embate-se, antes de mais nada, com as "exterioridades". É por esse motivo que a expansão do mundo pioneiro, através de frentes exaustivamente detalhadas por Jean Roche, Léo Waibel, Pierre Monbeig, entre

²⁰ "É evidente que para a ideologia totalizadora tudo o que é *outro*, diferente, exterior, excepcional, desviante, tem apenas existência *transitória*. É a grande lógica totalizadora, que exige não apenas a submissão geral ao Um, mas, sobretudo, a *assimilação geral* de todos os elementos às categorias constitutivas do Um." (Kostas VERGOPOULOS. O capitalismo disforme: o caso da agricultura no capitalismo, p.137, ênfases do autor).

Sérgio Martins

outros, não deixou de se fazer sem conflitos, sem rupturas, uma vez que se conflagram distintas concepções e práticas sobre o espaço.

Em verdade, a história das marchas pioneiras neste país tem revelado que elas se deparam com novas terras para o capital, mas que nem por isso são desabitadas. Esse ombreamento conflitivo ocorre porque a frente pioneira se choca com concepções de mundo diferentes das que lhe são fundantes. Fundamentalmente, encontram-se em xeque dois sentidos concernentes à terra diametralmente antagônicos. No caso das sociedades que se definem pela produção direta dos meios de vida, muitas vezes integradas ao capitalismo por uma economia do excedente²¹, nas quais o mercado não se encontra desenvolvido a ponto de subverter a consciência dos sujeitos, ele é derivado de estruturas sociais nas quais a imediaticidade das relações com a Natureza diverge radicalmente do outro, onde as relações sociais se estabelecem sob a mediação privilegiada e definidora do dinheiro, da sua institucionalização mediante a propriedade privada da terra passível de ser comprada e vendida. Relações, portanto, congruentes com os requisitos fundamentais da multiplicação do capital, levando ao crescente comprometimento da atividade produtiva com os desígnios do mercado, e estabelecendo mediações para o acesso à terra que não se faziam presentes. Assim é que o capital não penetra coisa alguma, pois o que há é uma crescente corrosão das relações não comprometidas com o mercado capitalista em favor da instauração de relações atreladas à sua reprodução ampliada, que tanto podem ser relações de produção calcadas na produção de mais-valia, quanto aquelas que alargam a captação do valor excedente.

Por conta disso, o processo de colonização anuncia-se preliminarmente pelo estabelecimento da renda capitalista da terra onde ela não existia, pela complexificação da troca, fazendo com que se instale o mundo da mercadoria. O universo pioneiro encontra-se, desde o início, imbricadamente articulado à reprodução social capitalista.

Nesse sentido, mais importante que os aviões que emprestam um caráter de “novo” e “moderno” ao universo pioneiro de Chapadão do Sul, são os aviões do estrategista, daquele que reuniu conhecimento e infor-

21 Cf. José de Souza MARTINS: *Capitalismo e Tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*.

mação para aplicá-los à produção de um espaço concebido. É ele, em seu avião, que vem à frente das famílias de gaúchos, da estrada, da ferrovia..., para assegurar-se da existência de condições para a concretização das estratégias.

A chegada do avião a Chapadão do Sul simboliza, sobretudo, o momento do alvorecer da História no lugar, pressagiando a redefinição das condições para o desenvolvimento das potencialidades humanas que sua irrupção implicará. Trata-se de uma ruptura anunciada. De fora e do alto, ela se concretiza com e pelo mundo pioneiro, dando-se a conhecer pela superposição à realidades precedentes, pela antagonização e consagração à obsolescência do que se encontra em dissonância com os seus atributos. Como força avassaladora que é, procura fazer tábula rasa da história concreta do lugar, levando-a de roldão, pois é portadora das relações exigidas pelos requisitos atuais da reprodução social, imputando uma atualização e redefinição a toda vida social através da produção do espaço. É nesse momento que se torna mais precisa a contradição entre a ordem próxima e a ordem distante, nos termos definidos por Henri Lefebvre, ou seja, “a contradição se precisa quando a ordem distante, a das relações (sociais) de produção à escala global, portanto da sua reprodução, invade brutalmente as relações próximas (a vizinhança, a natureza em redor da cidade, a região, as ‘comunidades locais’, etc.)”²².

A GESTAÇÃO DA CIDADE “SEM INFÂNCIA”

O estrategista a que me refiro é, na verdade, o Sr. Júlio Alves Martins, gaúcho, piloto e corretor, inserido em obscuros negócios de terras já nos anos 50 quando os colonos gaúchos ainda alimentavam a “febre do Paraná”²³. De início, tendi a vê-lo como uma figura sombria, sinistra e ardilosa, que se utiliza de uma máscara sorridente para ocultar a velha carranca do poder que representa. Na verdade, a grande cilada seria

22 Henri LEFEBVRE. La survie du capitalisme: la re-production des rapports de production, p.23.

23 “(...) a emigração que parte das velhas colônias, depois de se ter dirigido para o norte do Rio Grande, está agora orientada quase unicamente para além dos limites do Estado. Chamou-se a este fenómeno ‘a febre do Paraná’” (Jean ROCHE. op. cit., p.355/6.).

Sérgio Martins

pensar assim, pois ele próprio é criatura, “persona”²⁴ de uma sociedade cuja forma mercadoria incrustou-se nos mais subterrâneos liames.

É de se ressaltar como esse senhor está próximo do Fomentador contido no Fausto de Goethe e visto como a tragédia do desenvolvimento por Berman²⁵, uma vez que suas ações práticas estão envoltas na mesma visão desta figura sombria e ambígua que é o Fomentador. De modo muito perspicaz, ele apanhou a diáspora dos camponeses gaúchos que nutria a colonização no Paraná, capturou os sonhos e desejos dos colonos gaúchos engajando-os e os comprometendo na produção de um espaço concreto no Mato Grosso do Sul, cujo fundamento era o de concertar a renda fundiária em seu proveito. Não é por acaso que o estrategista, que se punha na figura do empreendedor, cedeu seu lugar ao loteador de terras.

Como verdadeiro estrategista da “valorização” do espaço, enredou uma rede de relações que compreendeu desde funcionários de banco e cooperativas do Rio Grande do Sul até donos de cartório e funcionários do INCRA no Mato Grosso. Seu empenho em engajar colonos gaúchos não foi obra do acaso. A colonização fora concebida sobre uma base que repousava na escolha daqueles que tinham na produção de mercadorias um dos pilares (muitas vezes o único) de sustentação da reprodução social, e, uma vez que os mecanismos de mercado obstavam o recebimento da renda fundiária devida às suas mercadorias agrícolas, o pilar vinha sendo roído, ou seja, tal reprodução vinha sendo cerceada aos colonos no Rio Grande do Sul²⁶. Ela tinha que aparecer pela migração, pela *compra*

24 Não é demais lembrar que Karl Marx e Friedrich Engels há muito já demonstraram que “criaturas fantásticas”, de “subjetividade absoluta”, de “*actus purus*” que, na sua imaginação, podem acreditar-se estar imbuídos os indivíduos na sociedade burguesa, tomando o mundo como produto de suas ações particulares, são, na verdade, produtos do homem abstrato. (Cf. Friedrich ENGELS & Karl MARX. A sagrada família ou crítica da crítica crítica, contra Bruno Bauer e seus seguidores.). Assim, utilizo o termo *persona* no sentido a ele atribuído pelos autores, isto é, da personificação de relações sociais, da representação dos interesses de classes e grupos sociais. Foi o próprio Marx quem esclareceu que os indivíduos são criaturas de condições criadas pelo Homem social e historicamente, por mais que, subjetivamente, se julguem acima delas.

25 Cf. Marshall BERMAN. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade.

26 Não se pode esquecer que a modernização no campo, uma vez comprometida com a preservação e manipulação da renda fundiária pelo capital, contraditoriamente esmaga e recria as formas de produção não-capitalistas, pois envolve não só a reprodução do capital, que por sua vez se dá sob relações especificamente capitalistas de produção, como também a *formação* de capital, possibilitada, por exemplo, pela captura, nos circuitos mercantis, das parcelas de trabalho excedente em relação ao socialmente necessário contidas nas mercadorias dos produtores não-capitalistas. A este respeito, conferir em especial a extensa obra de José de Souza Martins, pródiga em demonstrar casos concretos de produção de relações de produção não-capitalistas.

de terras em área de fronteira. A venda da propriedade familiar no sul do país reuniria as condições financeiras para possibilitá-la, embora, no fundo, concretizasse um mecanismo para a *formação* de capital no Mato Grosso do Sul.

Entre a chegada dos primeiros colonos gaúchos e a viabilização do crédito agrícola, vários pioneiros tiveram seus recursos monetários, amealhados com a venda das propriedades familiares no Rio Grande do Sul, esvaídos. O que pude constatar é que um conjunto de mecanismos e táticas operaram e foram empregados no intuito de levar à uma “expulsão branca” de boa parte dos colonos tornados pioneiros.

É assim que os colonos gaúchos, ao migrarem para a fronteira, entram na História. Feitos pioneiros, foram utilizados como meio na “fundação” da renda fundiária, onde ela não se fazia presente, pelos que a têm como finalidade. Comprando as terras para garantir a reprodução da família camponesa pelo trabalho concreto tornado abstrato, os colonos foram objeto de um processo de “valorização” das terras que tinha, na “desvalorização” dos próprios colonos, uma das etapas concebidas pela intencionalidade de que se encontra revestido o Fomentador. O trabalho dos pioneiros foi o ventre no qual foram gestadas as condições iniciais para o nascimento de Chapadão do Sul, a cidade “sem infância”.

A partir de 1975, o privilegiamento dado pelo Estado no sentido de promover a “empresarialização” no campo resultou na imobilização de capitais por parte de grandes grupos econômicos que vislumbraram nas áreas de fronteira do Centro-Oeste e da Amazônia uma forma de ampliar a base de captação do excedente socialmente produzido, o que se verificou também em Chapadão do Sul.

Ora, um espaço produzido sob o primado da prática de investimentos crescentes de dinheiro como capital, ou como estratégia central de reprodução camponesa “descampesinada”, despregada de sua ruralidade, de uma vida aprisionada na natureza, como diria Henri Lefebvre, numa palavra, urbana, não pode prescindir da cidade. Não de uma cidade para o uso, para a fruição, o reconhecimento mútuo nas relações imediatas da troca, lugar da festa, do espontâneo. Não. Os circuitos que se instalam em Chapadão do Sul são produtos de relações impessoais que fundamen-

Sérgio Martins

tam a generalização da forma mercadoria, a troca mediada por *Coisas* operando como nexos sociais entre as pessoas como se fosse uma propriedade imanente das próprias *Coisas* de trocarem-se entre si, numa dança fantasmagórica há muito demonstrada por Karl Marx. A melhor definição acerca da natureza da cidade de Chapadão do Sul foi dada por um velho pioneiro. Instado sobre os primórdios da cidade, afirmou resolutivo: “Chapadão do Sul é uma cidade que nasceu adulta, já saiu ‘estourando’, isso aqui não teve infância.”

A inexistência da infância aludida sugere a entendê-la como a supressão de uma etapa compreendida numa sucessão linear de fases de desenvolvimento, a exemplo das descrições acerca das colônias alemãs feitas por Jean Roche. Não. Chapadão do Sul é uma cidade que nasceu adulta porque concebida segundo uma racionalidade que passa longe da festa como sentido de apropriação, de “consumo” da cidade pelas representações da imediatividade da vida. As “festas a bem da colonização”, realizadas pelo próprio Fomentador, precederam a cidade. Mas, como anti-festa, elas são privadas de espontaneidade, pois providas, em essência, de uma intencionalidade dada de antemão, que tem a cidade como finalidade de ser o local e o centro de consumo das *Coisas*, do encontro delas, e não das pessoas. Estas, vivem em constantes desencontros, como diz D. Erna Schultz²⁷: “sabe, antigamente era mais gostoso... melhor que hoje. Hoje tem dias que a gente nem vê os filhos, que mora tudo aqui pertinho.”

27 O caso de D. Erna Schultz é típico de um processo de diferenciação social. Juntamente com seu marido, Armindo Martins Schultz, venderam a propriedade que possuíam em Chapadão do Sul: “quando nós quebrou com o arroz, eu vendi a minha área para o sócio da Sementes Padrão, que era um tal de Gentil. Aí, não demorou 60 dias o Gentil vendeu um tanto pro Carazinho e um pedaço para o Júlio, que ficou só com a parte do loteamento, mas eu não estava mais ali.” Foram para Goiás, “trabalhar no carvão”, como diz D. Erna. O pioneiro deu lugar ao proletário. Voltaram alguns anos depois. Hoje moram na cidade, no loteamento Julimar, ou seja, a própria cidade de Chapadão do Sul, em terrenos comprados de Júlio Martins. Armindo foi funcionário da Prefeitura Municipal. Na última vez em que lá estive, em janeiro de 1993, já não mais o era. Surpreendi-o “fazendo um bico” na construção de uma casa na cidade, e lamentando-se de que o novo prefeito houvesse restringido a distribuição gratuita de leite de que se valiam sua família e a de seus pais. “Uma pessoa que nem o pai e a vózinha não podem ficar sem receber o leite, você não acha?”, perguntou-me.

CHAPADÃO DO SUL: UMA CIDADE “SEM INFÂNCIA”

Na verdade, a cidade mesma fora concebida para ser “apropriada” por consumidores, para ser comprada aos pedaços, para ser loteada, vendida em porções. A forma urbana de Chapadão do Sul remete aos conteúdos dos objetivos estratégicos do empreendedor. De certa maneira, lembra muito a inspiração no urbanismo administrativo característico das cidades de colonização alemã retratadas por Jean Roche. Em Chapadão do Sul, porém, trata-se da aplicação de um urbanismo promíscuo, carente de qualquer princípio, formulado segundo uma lógica derivada da abstração do espaço, que se exprime num traçado onde inexiste qualquer orientação dada pela incidência da insolação, pelo conhecimento prático do movimento aparente do Sol, indicativo de uma concepção ancorada na sustentação da “valorização” das terras, com uma regularidade restrita ao tamanho dos lotes, quadrados, sem espaços públicos. Identicamente quadrada, a praça não é lugar do encontro, mas de passagem, assim como as ruas, largas, domínio das caminhonetes, dos automóveis, dos caminhões, que levam e trazem pessoas apressadas, aquelas ocupadas pelos circuitos que envolvem a cidade concebida para o fluxo, para o fluir, e não para fruir. Trata-se de uma regularidade concebida para possibilitar uma extração da renda fundiária dos atributos diferenciados de cada localização intra-urbana provocados pelo crescimento econômico.

Nestas condições, em que a cidade ganha forma derivada de uma concepção de espaço cujo conteúdo se sustenta na apropriação do trabalho social sob a forma da renda fundiária, os preços praticados pelo especulador passaram a representar uma interdição crescente às demandas, socialmente diferenciadas, por retalhos desse espaço urbano. As pessoas da região que se deslocaram para Chapadão do Sul em busca de trabalho, em sua maior parte trabalhadores não-especializados, egressos de municípios adjacentes onde predomina a pecuária extensiva, pouco solicitadora de mão-de-obra, mas muito exigente de propriedade territorial, se não têm a qualidade de suas capacidades de trabalho como núcleo central da mão-de-obra solicitada nas atividades agrícolas altamente mecanizadas, não estão totalmente excluídas dos processos que se

Sérgio Martins

estabeleceram. A eles são integradas geralmente fora do âmbito da regulamentação das relações de trabalho, ficando excluídas, aí sim, do quadro institucional, e sujeitas, muitas vezes, a todo tipo de arbítrio e coerção de empreiteiros de mão-de-obra, os “gatos”, que não são figuras incomuns no cenário da modernização agrícola.

Nem todos, porém se encontram nesta situação. Muitos se deparam, de forma dramática, não com a exploração de sua força de trabalho pelo capital, mas com a ausência dela. Através deles, “sobrantes”, caídos nas cadeias de obsolescência, a cidade “sem infância” ganha inúmeros barracões cobertos de plástico, erguidos improvisadamente em loteamento aberto pela Prefeitura Municipal, que faz a cessão dos lotes e do material necessário às autoconstruções que os sucedem, porque, esporadicamente, os depossuídos são engajados às atividades econômicas. É aí que precariamente reside, por exemplo, Adelice de Souza, com seu filho Elias e seu marido, que não estava em casa, pois tinha “arrumado um trabalho”, conta. “Ele agora está limpando soja!”²⁸.

É assim que as marcas sígnicas da modernização, que podem ser lidas como atestados de riqueza e pujança, constituem-se num processo que carrega visceralmente o seu contrário. Em decorrência disso, evidencia-se um processo de segregação espacial, “guetos” de riqueza e pobreza.

OS “RESÍDUOS” DA MODERNIZAÇÃO E O MUNDO DE FORA: CHAPADÃO “DELES”

Em Chapadão do Sul, no entanto, no espaço estrategicamente concebido, produzido num processo de complexificação das trocas, de produção de relações onde domina a impessoalidade, a rispidez das formas hegemônicas e homogêneas em que as virtualidades da vida urbana são

28 Adelice de Souza Melo, originária da tribo dos tapajós, onde tinha o nome de Crico, como faz questão de ressaltar, conheceu Chapadão do Sul nos anos 60, antes da chegada de famílias gaúchas trazidas por Júlio Martins. “Aqui não tinha cerca. Aqui passava carro de boi, sabe?! Passava boiada aqui. Aí, depois, veio o Sr. Júlio Martins...” (Entrevista concedida em 26/01/1993 a Aldo Dantas e Sérgio Martins).

sistematicamente negadas por toda sorte de constrangimentos impostos por tal produção do espaço, reclama-se a perda da espontaneidade da vida, a infância suprimida, o lúdico estilhaçado no e pelo processo.

Nessas condições, esse “vazio”, a meu ver, é evidenciador do uso que se exprime em termos de sua ausência. O conflito entre uso e troca a que me referi no início deste texto pode ser reconhecido, em Chapadão do Sul, sobretudo no domínio das concepções de gaúchos e sul-mato-grossenses, que se tornaram objeto e objetivo das estratégias estatistas, acerca das práticas espaciais prevalecentes, tanto ali, como no próprio Rio Grande do Sul anterior à modernização.

Um exemplo disso, entre outros, é a denominação inicial dada ao lugar pelos sul-mato-grossenses. Chapadão dos Gaúchos, que Nadir Mendonça viu como “nome pejorativo”²⁹, reproduzindo bisonha e subservientemente o que é dito pelo próprio especulador, não era senão uma referência ao “chapadão deles”. Quero dizer que os vitimados pela produção estratégica de tal espaço, os objetos das estratégias estatistas, proclamavam-se, aí, como sujeitos, negando e questionando o mundo de fora, ao mundo que pensa e pesa sobre eles. Eles referiam-se ao mundo “deles” que irrompia onde não havia cercas, onde o direito do uso, da apropriação, prevalecia sobre o direito do ter, da propriedade privada. Através desse pequeno aspecto, aparentemente banal e sem importância³⁰, é que se pode decifrar como há algo de posição na modernização, pois ela não põe, não traz

29 Nadir Domingues MENDONÇA. Chapadão dos Gaúchos (MS): núcleo de uma franja pioneira, p.53.

30 Não são poucos os pesquisadores que se deparam, noutras áreas de colonização, com situações semelhantes a esta. Contudo, encaram-na, sem o saber, de forma preconceituosa e pretensiosa, buscando colocar no plano do pitoresco preciosas informações que dizem respeito à modificação das condições de vida e aos significados a ela atribuídos pelo outro.

Não se pode esquecer que é no âmbito desse terreno que se exprimem diferentes formas de entendimento da realidade concreta, da consciência que dela se tem, e que nem sempre correspondem à “nossa”, à do “nosso mundo”. Não é demais lembrar que a relação dos pesquisadores com a realidade que pesquisam não deixa de ser uma relação que carrega em si conflitos. A meu ver só é digna de partilhar as entranhas de diversidade deste universo que é o campo a avidez de conhecimento desimpedida de condicionamentos, aquela que, na relação com o outro, o reconhece como sujeito do conhecimento. José de Souza Martins tem deixado preciosas observações a respeito das relações que se travam entre sujeito e objeto na prática da pesquisa, do duplo estatuto que cada um contém, da duplicidade de códigos compreendida na palavra... e, no silêncio. (Cf. José de Souza MARTINS. Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo, em especial o capítulo “Dilemas sobre as classes subalternas na idade da razão”, e, do mesmo autor, Regimar e seus amigos: a criança na luta pela terra e pela vida, p.53/4).

Sérgio Martins

consigo, o novo. É o “residual”, o “incoerente”, o “aberrante”, o que é tido como irracional pela razão excludente, como “velho” e “obsoleto” pelas concepções estatistas de modernização, que muitas vezes pode estar pondo diante de nós o mais rico e novo.

Para não concluir: a instrumentalização do conhecimento e a desumanização do humano, o soterramento da infância, do uso ...

Por tudo isso é que Chapadão do Sul emerge como uma cidade “sem infância”, uma cidade que nasceu adulta porque privada de espontaneidade, pois provida, em essência, de uma racionalidade sem nenhum compromisso que não seja o da valorização das *Coisas* pela desumanização do homem.

Finalmente, quero dizer que aqui nesta mesa fala-se de uma ciência do espaço. O que tem havido é ciência *no* espaço, uma captura do conhecimento pelo Estado na elaboração de suas estratégias, velada pela fragmentação prática e teórica a que o espaço é submetido, iluminado por uma razão excludente. Penso que somente resgatando a infância soterrada pelo conhecimento instrumentalizado a ciência poderia se aproximar do uso. Aí, talvez, já estejamos no terreno do que Henri Lefebvre denominou como conhecimento do espaço.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- BERMAN, Marshall. (1989). *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*, São Paulo, Companhia das Letras, São Paulo, 1989.
- DUARTE, Aluizio Capdeville. (1989). O Centro-Oeste na organização regional do Brasil. In: IBGE. *Geografia do Brasil: região Centro-Oeste*, v.1, Rio de Janeiro, IBGE.
- ENGELS, Friedrich e MARX, Karl. (1987). *A sagrada família ou crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e seus seguidores*, São Paulo, Moraes.
- FOWERAKER, Joe. (1982). *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*, Rio de Janeiro, Zahar.
- GOODMAN, David. (1978). Expansão de fronteira e colonização rural: recente política de desenvolvimento no Centro-Oeste do Brasil. In: BAER, Werner et al. (coord.). *Dimensões do desenvolvimento brasileiro*, Rio de Janeiro, Campus.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. (1989). *A crise agrária*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LEFEBVRE, Henri. (1973). *La survie du capitalisme: la reproduction des rapports de production*, Paris, Anthropos.
- _____. (1977). *De l'Etat, tome III: le mode de production étatique*, Paris, Union Générale d'Éditions.
- MARTINS, José de Souza. (1975). *Capitalismo e tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora.
- _____. (1985). *A militarização da questão agrária no Brasil (terra e poder: o problema da terra na crise política)*, 2ª ed., Petrópolis, Vozes.
- _____. (1986). Pequena produção agrícola - antimito da produção capitalista no campo (crítica aos críticos). In: _____. *A reforma agrária e os limites da democracia na "Nova República"*, São Paulo, Hucitec.

Sérgio Martins

- _____. (1989). *Caminhada no chão da noite (emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo)*, São Paulo, Hucitec.
- _____. (1991). Regimar e seus amigos: a criança na luta pela terra e pela vida. In: MARTINS, José de Souza (org.). *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*, São Paulo, Hucitec.
- MARX, Karl. (s/d). *Capítulo VI inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*, São Paulo, Moraes.
- MENDONÇA, Nadir Domingues. (1989). Chapadão dos Gaúchos (MS): núcleo de uma franja pioneira. In: *Boletim Paulista de Geografia*, nº67, São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros.
- MONBEIG, Pierre. (1984). *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*, São Paulo, Hucitec/Polis.
- MÜLLER, Geraldo. (1989). *Complexo agroindustrial e modernização agrária*, São Paulo, Hucitec/Educ.
- OLIVEIRA, Francisco de. (1987). *A economia brasileira: crítica à razão dualista*, 5ª ed., Petrópolis, Vozes.
- ROCHE, Jean. (1969). *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, 2v., Porto Alegre, Globo.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. (1978). *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*, São Paulo, Hucitec.
- SILVA, José Graziano da. (1982). *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar.
- VELHO, Otávio Guilherme. (1982). *Sociedade e agricultura*, Rio de Janeiro, Zahar.
- VERGOPOULOS, Kostas. (1986). O capitalismo disforme: o caso da agricultura no capitalismo. In: AMIN, Samir e VERGOPOULOS, Kostas. *A questão agrária e o capitalismo*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra. WAIBEL, Leo. (1979). *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*, 2ª ed., Rio de Janeiro, IBGE.